

Jurídico e subseção do Dieese analisam MP dos reajustes negociados com o funcionalismo

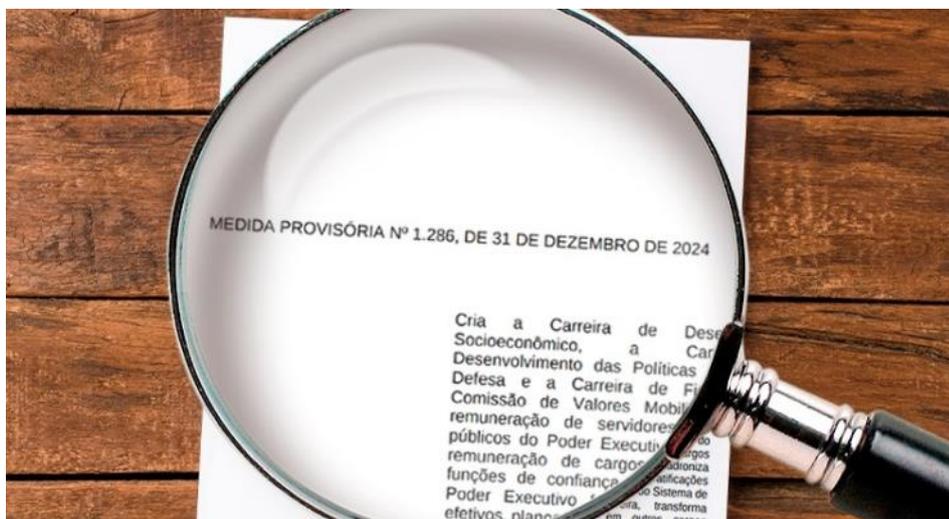
Enquanto o Congresso Nacional segue de recesso e a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2025 não é votada, a assessoria jurídica e a subseção do Dieese na Condsef/Fenadsef realizam uma leitura técnica com lupa na Medida Provisória 1.286 de 31 de dezembro de 2024. A MP traz os reajustes, fruto de negociações entre governo e o conjunto do funcionalismo ao longo de 2024.

A MP possui mais de 700 páginas. A leitura técnica é importante para assegurar que nenhum problema de ordem econômica ou jurídica possa afetar os servidores e tudo o que está assegurado em acordo seja cumprido.

Os percentuais negociados com cada categoria estão assegurados a partir de janeiro deste ano e abril do ano que vem, conforme detalhado nos acordos firmados.

MGI envia orientações a gestores

O pagamento, no entanto, não poderá ser feito enquanto a LOA 2025 não for aprovada no Congresso. O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) emitiu informe para todas as Unidades de Gestão



de Pessoas dos Órgãos e Entidades integrantes do SIPEC (Sistema de Pessoal Civil) para que no pagamento de janeiro de 2025 não estivessem incluídos os reajustes previstos na MP.

O comunicado reforça que o pagamento poderá ser feito apenas "após a conclusão dos processos de votação, sanção, promulgação e publicação" da LOA 2025. O MGI ainda destaca que os efeitos financeiros estão assegurados a partir de 1º de janeiro de 2025, "conforme o art. 117, §1, da Lei nº 15.080/2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025)".

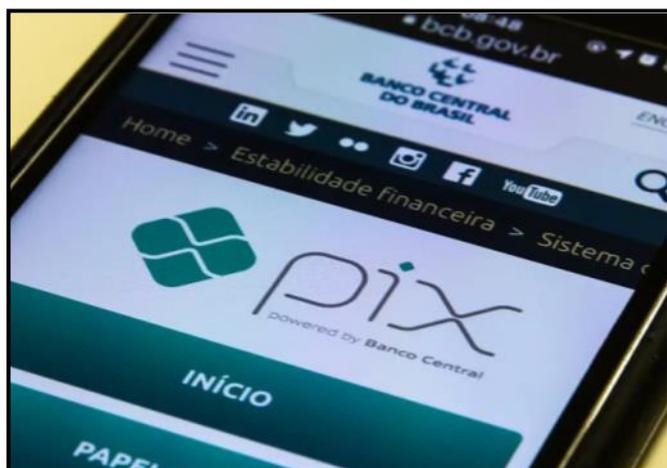
Após a aprovação da LOA, reforçou o comunicado do MGI, novas orientações serão enviadas.

Tempo urge

Apesar de garantida a retroatividade dos reajustes, com percentuais diferenciados por categoria, a serem aplicados a partir de janeiro deste ano, os servidores têm urgência na efetivação do pagamento. Todo esse processo vai exigir atenção e pressão que vão continuar sendo realizadas pelas entidades.

O objetivo é que servidores recebam os reajustes a que têm direito o quanto antes. O tempo urge!

Fonte: Condsef



Fake News do PIX alimenta golpes e prejudica consumidores

Feiras livres, prestadores de serviços e pequenos comerciantes não estão aceitando PIX como forma de pagamento

Matéria completa em cut.org.br/noticias



Pé-de-Meia Licenciaturas e o Mais Professores oferecem bolsas de R\$ 1.050 e R\$ 2.100

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lançou nesta terça-feira (14), o programa Mais Professores para o Brasil, com bolsas de R\$ 1.050 até R\$ 2.100. A iniciativa terá duas modalidades: o Pé-de-Meia Licenciaturas para estudantes e o Programa Mais Professores para quem quiser lecionar em regiões remotas do país. Veja abaixo como o programa vai funcionar.

Durante o anúncio o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), disse que “quem dá aula na periferia das grandes metrópoles desse país sabe que ser professor é um risco. Ser professor é um risco. Esperar ônibus tarde da noite, pegar ônibus de manhã lotado, chegar na escola sabendo que as crianças estão com preocupação, muitos nem tomaram café em casa. E, às vezes, menino com violência, menino que sai de casa brigado com a mãe porque não comeu, porque não sei lá, e vai tentar jogar a sua raiva na

professora e no professor”.

Ele acrescentou ainda que “se a gente não motivar que professor e professora sejam uma profissão, eu diria, promissora, uma profissão que dê a eles a certeza de que eles estão trabalhando em benefício das pessoas e que o Estado poderá ajudá-la através do município, através do próprio Estado, de que esse professor não vai ser molestado, não vai apanhar. Então, essas coisas que nós temos que cuidar e que nós estamos fazendo aqui.

Presente ao lançamento do programa, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e vice-presidente da Internacional da Educação, Heleno Araújo, concordou com o diagnóstico do presidente Lula sobre as dificuldades e violência que os professores e professoras são vítimas.

“É claro que sabemos que não cabe ao governo federal e sim aos municípios e estados cuidar da segurança desses locais,

mas como o governo federal deve coordenar esse trabalho, esperamos que essas questões avancem para sair desse cenário ruim”, afirmou Heleno Araújo.

Sobre o programa de iniciativa para a juventude, o dirigente sindical afirma ser importante, mas a princípio são medidas acanhadas e iniciais que precisam de medidas estruturantes adicionais.

“É preciso ainda tratar o piso nacional da educação, da lei de diretrizes nacionais da carreira para que os professores e profissionais da educação possam fazer seus trabalhos focados. Nossa expectativa é a de que as medidas mais estruturantes entrem num debate mais contundente. Também é preciso fortalecer a gestão democrática a fim de evitar a entrega da educação para a privatização”, concluiu Heleno.

Com informações da Agência Brasil e Agência Gov.

Fonte: CUT

LULA, RECEBA OS SERVIDORES!

Assine carta aberta que expõe política salarial que aprofunda distorções e promove a elitização no serviço público

